

COM BASE NO EDITAL N.O 01/2025



# SMS CATALÃO-GO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GOIÁS

### ASSISTENTE SOCIAL (FMS)

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos



**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

# AVISO IMPORTANTE:

## Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



### POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✗ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





# **SMS CATALÃO-GO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GOIÁS**

**ASSISTENTE SOCIAL (FMS)**

**EDITAL N.O 01/2025**

**CÓD: OP-071DZ-25  
7908403585960**

---

ÍNDICE

---

## Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e análise de textos de gêneros diversos; Texto verbal e não verbal.....	7
2. Elementos de comunicação; Níveis e funções da linguagem.....	10
3. Vícios de linguagem .....	14
4. Estrutura gramatical da Língua Portuguesa — Sons e letras; Dígrafos; Encontros consonantais.....	15
5. Sílabas .....	16
6. Encontros vocálicos.....	18
7. Ortografia.....	20
8. Regras de acentuação .....	22
9. Pontuação .....	29
10. Morfologia: Estrutura e formação de palavras; Elementos mórfologicos e seus significados; Classes de palavras variáveis e invariáveis; Sintaxe de colocação .....	33
11. Sintaxe: Frase, oração e período; Tipos de período; Termos da oração: essenciais, integrantes e acessórios; Período simples e período composto.....	41
12. Sintaxe de concordância .....	42
13. Sintaxe de regência .....	45

## Matemática

1. Números naturais e operações fracionárias e decimais .....	53
2. Expressão numérica e algébrica.....	57
3. Conjuntos.....	60
4. MMC e MDC .....	63
5. Razão; Proporção .....	64
6. Regra de três.....	65
7. Porcentagem.....	66
8. Juros simples e juros compostos.....	69
9. Equação do 1.º e 2.º graus.....	71
10. Progressões.....	73
11. Estatística básica .....	78
12. Análise combinatória: permutação, arranjos e combinação .....	82
13. Probabilidade .....	85
14. Medidas de comprimento e superfície; Medidas de volume e capacidade; Medida de massa .....	88
15. Noções de lógica .....	91

## Conhecimentos Gerais

1. Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município .....	103
2. Estatuto dos Servidores do Município de Catalão .....	123
3. Dados estatísticos sobre o município; Evolução histórica do município: Origem; Processo constitutivo; O município e suas transformações; Cotidiano e atualidades nas áreas de economiaeducação, política, cultura, esporte, lazer, saúde, meio ambiente e social; Aspectos geográficos do município .....	123

---

---

ÍNDICE

---

1. Cultura, economia, história e geografia do Estado de Goiás .....	129
2. Temas atuais de diversas áreas em evidência no mundo e no Brasil: Política; Economia; Sociedade; Cultura; Meio ambiente.....	144

## Conhecimentos Específicos Assistente Social (FMS)

1. Fundamentos do serviço social: história, princípios e diretrizes do serviço social .....	149
2. Código de ética profissional .....	150
3. Projeto ético-político do serviço social .....	155
4. Instrumentos e técnicas: entrevista, visita domiciliar, estudo social, relatório social e parecer social.....	156
5. Política de saúde: sistema único de saúde (sus): princípios, diretrizes e organização; lei nº 8.080/1990 .....	157
6. Lei nº 8.142/1990 .....	171
7. Decreto nº 7.508/2011 .....	171
8. Política nacional de atenção básica (pnab) .....	175
9. Redes de atenção à saúde (ras) .....	177
10. Participação social, conselhos de saúde e conferências; financiamento da saúde e pontuação interfederativa.....	178
11. Atuação do assistente social na saúde: acolhimento, escuta qualificada e trabalho interdisciplinar; ação profissional na atenção básica, caps, vigilância em saúde, unidades especializadas e serviços hospitalares; matrículamento e apoio às equipes; intervenção nas situações de vulnerabilidade e risco social; atendimento a demandas relacionadas a famílias, violências, negligências e vulnerabilidades; articulação com rede socioassistencial e intersetorial (cras, creas, escolas, conselhos tutelares e justiça).....	179
12. Saúde coletiva e determinantes sociais: concepção ampliada de saúde; determinantes sociais do processo saúde-doença; promoção da saúde e vigilância de grupos vulneráveis; indicadores sociais e de saúde .....	181
13. Políticas públicas e sistema de garantias: política de assistência social e suas.....	182
14. Política de saúde mental e raps .....	187
15. Política de atenção à pessoa com deficiência .....	188
16. Estatuto da criança e do adolescente (eca) .....	189
17. Estatuto do idoso .....	230
18. Lei maria da penha .....	241
19. Direitos da pessoa em sofrimento mental .....	249
20. Políticas de proteção social e enfrentamento das desigualdades .....	250
21. Gestão, planejamento e processos de trabalho: gestão do trabalho e territorialização; elaboração de planos, projetos e relatórios; processos de regulação, referência e contrarreferência; registros, notificação compulsória e fluxos de atendimento; educação permanente e participação em ações coletivas .....	251
22. Benefícios e programas sociais relacionados à saúde: bpc/loas; benefícios eventuais; programas de transferência de renda; programas de saúde voltados a gestantes, crianças, idosos e pessoas com deficiênciaacompanhamento de usuários em situação de rua, dependência química e vulnerabilidade extrema .....	252
23. Relações humanas, ética e comunicação: comunicação interpessoal .....	254
24. Trabalho em equipe multiprofissional .....	255
25. Mediação de conflitos.....	256
26. Postura Ética e sigilo profissional .....	257

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LEITURA, COMPREENSÃO E ANÁLISE DE TEXTOS DE GÊNEROS DIVERSOS; TEXTO VERBAL E NÃO VERBAL

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

#### ► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

#### ► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

#### ► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

## AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

### ► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

### ► Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

### ► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

### ► Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

## TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

### ► Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

# MATEMÁTICA

## NÚMEROS NATURAIS E OPERAÇÕES FRACIONÁRIAS E DECIMAS

### NÚMEROS NATURAIS (N)

Os números naturais são utilizados para contar e ordenar elementos. Começando do zero e somando uma unidade sucessivamente, formamos um conjunto infinito:

$$\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Em algumas situações, exclui-se o zero do conjunto dos naturais. Esse subconjunto é representado por:

$$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$$

Esse conjunto é fundamental e está presente em diversas situações do cotidiano, como contar objetos, identificar posições e registrar quantidades.

#### ► Sucessor de um Número Natural

Todo número natural possui um sucessor, ou seja, um número que vem imediatamente depois dele na contagem.

- O sucessor de 0 é 1.
- O sucessor de 19 é 20.
- O sucessor de 1000 é 1001.

#### ► Antecessor de um Número Natural

Todo número natural, exceto o zero, possui um antecessor, ou seja, um número que vem imediatamente antes dele.

- O antecessor de 2 é 1.
- O antecessor de 10 é 9.
- O antecessor de 56 é 55.

#### ► Operações com Números Naturais

▪ **Adição:** A adição é uma operação fechada no conjunto dos números naturais, ou seja, a soma de dois números naturais é sempre um número natural.

Exemplo:  $3 + 4 = 7$  (e 7 também é natural)

▪ **Subtração:** A subtração não é uma operação fechada em  $\mathbb{N}$ , pois o resultado pode não pertencer ao conjunto dos naturais, especialmente quando o subtraendo é maior que o minuendo.

Exemplos:

$7 - 2 = 5 \rightarrow$  pertence aos naturais

$2 - 7 = -5 \rightarrow$  Não pertence aos naturais, pois -5 não é natural

▪ **Multiplicação:** A multiplicação também é fechada em  $\mathbb{N}$ , ou seja, o produto de dois naturais é sempre um natural.

Exemplo:  $4 \times 3 = 12$

▪ **Divisão:** A divisão nem sempre resulta em um número natural, então não é fechada em  $\mathbb{N}$ .

Exemplos:

$6 \div 3 = 2 \rightarrow$  pertence aos naturais



---

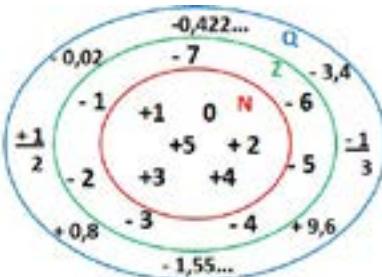
AMOSTRA

---

$5 \div 2 = 2,5 \rightarrow$  Não pertence aos naturais, pois 2,5 não é natural

**NÚMEROS RACIONAIS (Q)**

Um número racional é o que pode ser escrito na forma  $\frac{m}{n}$ , onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n.



$N \subset Z \subset Q$  (N está contido em Z que está contido em Q)

## ► Subconjuntos

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	$Q^*$	Conjunto dos números racionais <b>não nulos</b>
+	$Q_+$	Conjunto dos números racionais <b>não negativos</b>
* e +	$Q^*_+$	Conjunto dos números racionais <b>positivos</b>
-	$Q_-$	Conjunto dos números racionais <b>não positivos</b>
* e -	$Q^*_-$	Conjunto dos números racionais <b>negativos</b>

## ► Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

- O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

- O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente. Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

## ► Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

- Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

- Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

Simples: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repetem infinitamente. Exemplos:

# CONHECIMENTOS GERAIS

## LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO**  
(Lei nº 845, de 05 de abril de 1990) Consolidação em 17 de dezembro de 2020 Legislatura 2017/2020

### *INSTITUI A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO*

NÓS, REPRESENTANTES DA COMUNIDADE, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS, PROMULGAMOS ESTA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, Estado de Goiás.

### **TÍTULO I** **DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES**

#### **CAPÍTULO I** **DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO SEÇÃO I**

Art. 1º. O MUNICÍPIO DE CATALÃO, em união indissolúvel ao Estado de Goiás e à República Federativa do Brasil, constituído dentro do Estado Democrático de Direito, em esfera de Governo local, objetiva, na sua área territorial e competência, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos municípios pelos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei ORGÂNICA, da constituição Estadual e da Constituição Federal.

Parágrafo Único – A ação municipal desenvolve-se em todo o seu território, sem privilégios de distritos ou bairros, reduzindo as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º. São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º. O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse regional comum pode associar-se aos demais municípios limítrofes.

Parágrafo único – A defesa dos interesses municipalistas fica assegurada por meio de desassociação ou convênio com outros municípios ou entidades localistas.

Art. 4º. São símbolos do Município o Hino, a Bandeira e o Brasão.

## SEÇÃO II

Art. 5º. O Município de Catalão, unidade territorial do Estado de Goiás, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizado e regido pela presente Lei Orgânica, na forma da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

§ 1º – O Município tem sua sede na cidade de Catalão.

§ 2º – O Município compõe-se de distritos.

§ 3º – A criação, a organização e a supressão de distritos dependem de Lei Municipal, observada a Legislação Estadual.

§ 4º – Qualquer alteração territorial do Município de Catalão só pode ser feita, na forma da Lei Complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo de consulta prévia às populações diretamente interessadas, mediante plebiscito.

Art. 6º. É vedado ao Município de Catalão:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarrigar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou seus representantes, relações de dependências ou alianças, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público:

II – Recusar fé aos documentos públicos;

III – Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV – Usar ou consentir que se use qualquer dos bens ou serviços municipais pertencentes à Administração direta, indireta ou fundacional sob seu controle, para fins estranhos à Administração;

V – Doar bens imóveis de seu patrimônio ou constituir sobre eles ônus real, ou conceder isenções fiscais ou remissões de dívidas fora dos casos de manifesto interesse público, com expressa autorização da Câmara Municipal, sob pena de nulidade do ato.

## SEÇÃO III

### DOS BENS E DA COMPETÊNCIA

Art. 7º. São Bens do Município de Catalão:

I – Os que atualmente lhe pertençam e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – As ações e direitos e as coisas móveis e imóveis situados no seu território e que não pertencerem à União, ao Estado e aos particulares.

Parágrafo Único – O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território, a ele pertencente.

Art. 8º. Compete ao Município de Catalão:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que couber;

## AMOSTRA

III– Manter e prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental e os serviços de atendimento à saúde da população;

IV– Promover o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle da ocupação e uso do solo, regular o zoneamento, estabelecer diretrizes para o parcelamento de áreas e aprovar loteamentos;

V– Baixar normas reguladoras, autorizar e fiscalizar as edificações, bem como as obras que nelas devam ser executadas, exigindo-se normas de segurança, especialmente para a proteção contra incêndios, sob pena de não licenciamento;

VI– Fixar condições e horário, conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, prestacionais e similares, respeitada a legislação do trabalho e sobre eles exercer inspeção, caçando a licença quando for o caso;

VII– Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, definido como essencial, estabelecendo as servidões administrativas necessárias à sua organização e execução;

VIII– Adquirir bens, inclusive por meio de desapropriação por necessidade ou por utilidade pública, ou por interesse social, nos termos da legislação federal;

IX– Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

X– Dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios, além de administrar aqueles que forem públicos e fiscalizar os demais;

XI– Criar, extinguir e prover cargos, empregos e funções públicos, fixar-lhes a remuneração, respeitadas as regras do art. 37 da Constituição da República e instituir o regime jurídico de seus servidores;

XII– Prover de instalações adequadas à Câmara Municipal, para o exercício das atividades de seus membros e o funcionamento de seus serviços, atendendo à peculiaridade local.

Parágrafo Único – O orçamento anual do Município deverá prever a aplicação de pelo menos vinte e cinco por cento da receita de impostos, incluindo a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, preferencialmente no pré-escolar e fundamental.

Art. 9º. Para a obtenção de seus objetivos, o Município poderá:

I– Organizar-se em consórcios, cooperativas ou associações, mediante aprovação de sua Câmara Municipal, por proposta do Prefeito;

II– Celebrar convênios, acordos e outros ajustes com a União, o Estado, Municípios, entidades da administração direta, indireta ou fundacional e privadas, para realização de suas atividades próprias;

III– Constituir guarda municipal destinada à proteção de seus bens, instalações e serviços, inclusive os de trânsito, conforme dispor a lei.

Art. 10. Exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento na forma do Plano Diretor, sob pena,

propriedade urbana progressiva no tempo e desapropriação com pagamento, mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate até 10 (dez) anos, com parcelas anuais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 11. É da competência do Município, em comum com a União e o Estado:

I– Zelar pela guarda da Constituição Federal, da Constituição Estadual e das leis destas esferas de governo, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II– Cuidar da saúde e assistência pública, dar proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III– Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV– Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V– Proporcionar os meios de acesso à cultura e à ciência;

VI– Proteger o meio ambiente e combater a poluição em quaisquer de suas formas;

VII– Preservar as florestas, a fauna, a flora, os mangueais e os costões;

VIII– Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX– Promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X– Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI– Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII– Estabelecer e implantar a política de educação para segurança do trânsito.

Parágrafo Único – a cooperação do Município com a União e o Estado, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar na sua área territorial, será feita na conformidade de lei complementar federal fixadora dessas normas.

## TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

### CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

#### SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 12. O Poder Legislativo do Município de Catalão é exercido pela Câmara Municipal, que se compõe de Vereadores representantes da comunidade, eleitos pelo sistema proporcional em todo o território municipal.

§ 1º – O mandato dos Vereadores é de quatro anos, a iniciar-se a 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

§ 2º – A eleição dos Vereadores se dá até noventa dias do término do mandato, em pleito direto e simultâneo aos demais municípios.



# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SERVIÇO SOCIAL

### INTRODUÇÃO AO SERVIÇO SOCIAL: ORIGENS E CONTEXTO HISTÓRICO

O Serviço Social é uma profissão historicamente situada, nascida das necessidades impostas pela questão social no contexto do capitalismo industrial. Suas raízes remontam ao final do século XIX e início do século XX, especialmente nos países centrais como Inglaterra e Estados Unidos, onde práticas de assistência a populações empobrecidas, como o charity organization movement e os settlement houses, foram os embriões das futuras práticas profissionais.

No Brasil, o Serviço Social foi institucionalizado na década de 1930, em um contexto marcado pela modernização conservadora promovida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Nesse momento, a profissão surgiu atrelada à Igreja Católica, com um viés moralizante e de caridade cristã.

A questão social, isto é, as expressões das desigualdades produzidas pelas relações sociais capitalistas, é a base de intervenção do Serviço Social. Desde suas origens, a profissão tem como núcleo de atuação a mediação entre as necessidades sociais da população e as respostas dadas pelo Estado e pela sociedade civil.

### O PROCESSO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A trajetória da profissão no Brasil pode ser dividida em três grandes fases:

- **Fase Tradicional (1930-1960):** Forte influência da doutrina social da Igreja, com práticas voltadas à caridade e à moralização dos pobres. O assistente social era visto como um técnico auxiliar da ordem, atuando em favor da manutenção da ordem social.
- **Fase de Renovação (1960-1979):** Marcada pela crítica ao modelo tradicional e pela incorporação de elementos do marxismo à análise social. A partir do golpe civil-militar de 1964, essa renovação ganha força no sentido de entender a questão social como produto das contradições estruturais do capitalismo.
- **Fase da Reconcepção (década de 1980 em diante):** Consolidação de uma perspectiva crítica, com a construção do chamado projeto ético-político profissional, voltado à defesa dos direitos sociais, da cidadania e da justiça social.

Esse processo culmina na aprovação do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), documento que consolida os princípios que regem a prática profissional até hoje.

### PRINCÍPIOS ÉTICO-POLÍTICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O atual Código de Ética do Serviço Social, instituído pela Resolução CFESS nº 273/1993, é um marco fundamental na consolidação do projeto ético-político da profissão. Ele define valores que devem orientar a atuação do assistente social, dos quais se destacam:

- Defesa intransigente dos direitos humanos;
- Compromisso com a equidade, justiça social e democracia;
- Respeito à autodeterminação dos sujeitos;
- Combate a todas as formas de preconceito e discriminação;
- Articulação com os movimentos sociais e defesa das lutas emancipatórias.

Esses princípios se opõem frontalmente à lógica neoliberal e às práticas assistencialistas. O Serviço Social não se propõe a ser neutro: sua ética é crítica e comprometida com a transformação social.

### DIRETRIZES PROFISSIONAIS: PROJETO ÉTICO-POLÍTICO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

As diretrizes que orientam a formação e o exercício profissional estão fundamentadas nas deliberações das entidades representativas da categoria — CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS (Conselhos Regionais) e ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social).

O projeto ético-político profissional se expressa nas seguintes dimensões:

- **Competências:** Diagnóstico social, planejamento e execução de políticas públicas, assessoria, mediação de conflitos sociais, gestão de serviços e programas sociais.
- **Atribuições privativas (conforme Lei nº 8.662/1993, Art. 4º):**

*“Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área de Serviço Social; realizar estudos sociais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública e privada; realizar perícias, laudos e pareceres sociais.”*

- **Atuação crítica:** Intervenção qualificada na realidade social, análise das expressões da questão social, defesa dos direitos coletivos e individuais.

A formação profissional deve estar articulada com essas diretrizes, o que é garantido pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que definem o currículo mínimo dos cursos de graduação, enfatizando o conteúdo crítico e interdisciplinar.

## AMOSTRA

### CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

#### RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 DE 13/03/1993

*Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências.*

A Presidente do Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;

Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;

Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFAS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;

Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;

Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os (as) usuários (as), com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

Considerando que o XXI Encontro Nacional CFAS/CRAS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais,

Resolve:

Art. 1º Instituir o Código de Ética Profissional do (a) assistente social em anexo. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

Art. 2º O Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFAS nº 195/1986, de 09.05.1986.

MARLISE VINAGRE SILVA

#### ANEXO

#### CÓDIGO DE ÉTICA DO (A) ASSISTENTE SOCIAL

(Redação dada ao Título pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

#### INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizadas (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressituou as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a ética da neutralidade e afirmação de um novo perfil do (a) técnico (a), não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFAS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992),





# GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

COM BASE NO EDITAL N.º 01/2025

**SMS CATALÃO-GO**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO - GOIÁS

**ASSISTENTE  
SOCIAL (FMS)**

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Conhecimentos Gerais
- Conhecimentos Específicos